

Healy, K., ***Trabajo social: perspectivas contemporâneas***, Madrid, Ediciones Morata e Fundación Paideia, 2001 [Trad. do original em inglês: Healy, K., ***Social Work Practices: Contemporary Perspectives on Change***, London, Sage, 2000, 209 pp.]

A autora é professora de Serviço Social na Universidade de Queensland, Austrália. Analisa nesta obra, a perspectiva teórica e prática do Serviço Social crítico, uma corrente muito importante no Serviço Social desde a sua emergência. Este movimento situado historicamente em Jane Addams nos EUA e nas organizações tipo Settlements em Inglaterra, inclui na sua essência uma postura de defesa dos direitos dos grupos mais frágeis da sociedade. Estas organizações, associadas às ideias marxistas e ao feminismo de primeira vaga, preconizavam uma prática social crítica face ao modo de “ajuda instituída”. Esta ajuda, baseada na modificação do comportamento dos indivíduos, e incidindo, muitas vezes, na repressão dos comportamentos, incutia normas e valores de vivência da vida social.

O Serviço Social crítico pretendia atender às necessidades dos indivíduos e grupos, defendendo os seus direitos sociais, cívicos e políticos, identificando-se com eles. Durante o século xx este tipo de prática foi secundarizado face à institucionalização do Serviço Social pelos grupos dominantes e à tentativa de cientificar a sua prática com os métodos de caso, grupo e comunidade. Na década de sessenta e setenta do século xx surgem novos movimentos sociais e um terreno profícuo para que este movimento se evidencie. Neste contexto os movimentos activistas recusam o Serviço Social instituído por incidir sobretudo na modificação do comportamento dos indivíduos e / ou grupos “fora da norma”.

O movimento crítico, baseado na teoria marxista, assume uma vertente radical nas práticas do Serviço Social crítico. Este defende que o Serviço Social tem que dirigir as práticas para a eliminação das causas estruturais que originam os problemas que as pessoas utilizadoras dos serviços enfrentam. Destas alterações conceptuais surgiram, a par com a visibilidade de grupos sociais excluídos, como os negros, as mulheres, as crianças, os idosos e os jovens entre outros, vários modelos de trabalho social: o trabalho social anti-racista e multicultural, o trabalho social anti-opressor e anti- discriminatório, o trabalho social feminista, o trabalho social comunitário, o trabalho social marxista e radical, o trabalho social estrutural e formas de investigação e de participação/acção. Apesar de todas elas terem a sua especificidade, têm também algo em comum: a mudança social e a emancipação social. A emancipação significa um compromisso para estar ao lado das populações oprimidas e empobrecidas; a importância das relações baseadas no diálogo entre trabalhadores sociais e utentes dos serviços; a função que desempenham os sistemas sociais, económicos e políticos na configuração das experiências individuais e as relações sociais, incluindo as interações no contexto da prática e um compromisso com o estudo das mudanças e o movimento da mudança, assim como, orientar a prática crítica para a transformação dos processos e das estruturas que perpetuam a dominação.

Com este livro a autora pretende abrir o Serviço Social crítico a diversas orientações que podem tomar as teorias críticas pós-estruturais e deste modo ajudar os activistas a reflectir sobre as possibilidades das práticas progressistas do novo milénio. A obra está dividida em três partes temáticas: (I) faz uma revisão geral da ciência social crítica e das teorias pós-estruturalistas e as suas consequências para as práticas emancipadoras; (II) analisa a investigação empírica do poder, a identidade e a mudança em contexto convencionais e críticos das práticas do Serviço Social; (III) expõe e reflecte sobre as consequências das teorias “pós” para a reestruturação do trabalho social revendo as orientações futuras para a teoria e a investigação do trabalho social crítico. Seguindo esta ordem analítica, a presente recensão assinala cada parte com numeração romana de modo a ordenar com lógica as ideias principais da obra.

I – A primeira ideia é desenvolvida nos primeiros quatro capítulos do livro. A autora analisa o Serviço Social num contexto de mudança social, procurando à luz da teoria crítica situar a herança do passado e a natureza do presente, neste último caso focando-se nos contributos da teoria de Foucault, da teoria feminista e da política de emancipação, associada ao modo como o Serviço Social crítico “age” neste contexto.

As teorias críticas ocupam-se das possibilidades de transformação social libertadora. São exemplos da teoria social crítica, o marxismo, o feminismo e as teorias libertadoras de Paulo Freire. Estas pressupõem que o ser humano tem capacidades, das quais decorrem uma acção consciente e colectiva que permite chegar a uma visão emancipadora e uma sociedade livre de

dominação. Estas têm os seus fundamentos na ideia da organização da sociedade baseada na igualdade e liberdade, onde a razão e a acção humanas são determinantes para configurar a sociedade.

A autora associa as ideias de Hegel e Marx à teoria crítica a partir de três premissas: a razão auto-consciente capacita os humanos; existe uma dialéctica, pelo que tudo se encontra num processo de chegar a ser, e por último, essa concepção dialéctica está em relação com a totalidade. Marx considera a sociedade capitalista e o seu modo de produção causadores de alienação entre o pensamento e a realidade. É neste contexto da ciência social que se insere o Serviço Social crítico o qual dirige a sua acção na mobilização dos oprimidos para participarem no processo de transformação pessoal e social.

A prática crítica associada ao Serviço Social desenrola-se através de processos de poder, identidade e mudança. O processo de mudança revela posições de poder desigual entre os vários intervenientes, entre os dominantes e os dominados. A mudança só é possível se houver da parte do dominado auto-consciência racional da sua situação, sendo esta a precursora da mudança. Só a partir desta auto-consciência é possível mudar. Por isso a mudança implica um conflito de interesses entre relações de poder desigual. Utilizar esta metodologia no trabalho social é também reconhecer que existem desigualdades fundamentais entre clientes e trabalhadores sociais. Este reconhecimento permite reflectir sobre as práticas instituídas e potenciar práticas emancipadoras e não opressivas. Esta reflexão permite desenvolver procedimentos igualitários das práticas, diminuindo as

diferenças entre trabalhadores e clientes; revalorizar o conhecimento do participante; garantir a responsabilidade do trabalhador e o respeito ao cliente, construindo deste modo a identidade do trabalho social crítico.

As teorias de Foucault, assim como as teorias feministas, também denominadas teorias pós-estruturalistas, introduziram inovações e alterações na prática de emancipação do trabalho social crítico e nas categorias de poder, identidade e mudança. Os pensadores pós-estruturalistas críticos compartilham as preocupações activistas sobretudo na dominação sobre as populações subordinadas face a organizações prestadoras de serviços directos às pessoas. Defendem que as práticas críticas não acabam com o poder, mas este pode tornar-se mais humano e responsável porque se encontra repartido de igual modo por todos os intervenientes. Os teóricos pos-estruturalistas dão mais ênfase à prática do que à teoria, reconhecendo que nem na teoria nem na prática está toda a verdade, sendo necessário uni-las. Só deste modo se fomenta a compreensão e acção tendo presente o respeito pelas verdades e heterogeneidades das práticas do Serviço Social permitindo construir teorias acerca das práticas.

II – A segunda ideia é desenvolvida nos Capítulos V e VI. A teoria pós-estruturalista crítica rompe com os fundamentos do Serviço Social crítico e abre-se a uma série de questões como o desenvolvimento de enfoques para o exercício do poder e da autoridade; o reconhecimento do poder do assistente social e a atenção à diferença dentro das categorias desse “trabalhador poderoso”. A autora refere alguns estudos que demonstram que as práticas críticas e as categorias analíticas de poder, identidade e mudança baseadas

nas teorias pós-estruturalistas, não deixam espaço para exercer a “pura emancipação” tal como as teorias marxistas o preconizavam. A autora dá exemplos de práticas profissionais onde são exercitadas essas categorias críticas pós-estruturalistas.

No trabalho institucional de protecção a crianças, são efectuadas avaliações sociais dessas crianças e do seu grupo familiar que permitem tomar decisões sobre a vida dessas pessoas. Os autores críticos referem que este tipo de prática reflecte e reproduz uma desigualdade hierárquica, promovendo uma relação desigual de poder entre o assistente social e os utilizadores dos serviços. Para ultrapassar esta desigualdade de poder, os utilizadores em conjunto com os assistentes sociais devem constituir-se como “partners”. Reconhecer esta parceria é transcender os limites profissionais e reconhecer que os conhecimentos que os utilizadores possuem são tão válidos, senão mais, como os do assistente social. Existem outros contextos onde as práticas críticas pós-estruturalistas podem ser aplicadas. Tendo presente que, mais do que buscar um núcleo básico para o Serviço Social crítico, as teorias pós-estruturalistas podem aumentar a sensibilidade dos activistas para as variações contextuais nos lugares das práticas e as múltiplas operações de poder dentro delas.

III – A terceira ideia é desenvolvida nos Capítulos VII e VIII. A autora questiona as consequências das ideias pós-estruturalistas na prática do Serviço Social crítico, referindo que estas permitem a introdução e a desconstrução de proposições de verdade absoluta (marxismo) sobretudo sobre o poder, a identidade, a mudança, reconhecendo e introduzindo uma diversidade de práticas sociais. As teorias “pós” aplicadas à análise

crítica trazem um conjunto de discussões que abalam também as concepções teóricas do Serviço Social crítico. Passamos de um modelo civilizacional onde tudo estava organizado modelarmente, como por exemplo o modelo de estado de bem-estar, associado ao modelo de crescimento económico e modelo familiar patriarcal, para outro ou outros de que não conhecemos os contornos e que se pautam pelo desmantelamento dos modelos anteriormente referidos. Estas transformações contemporâneas colocam mais questões do que certezas e têm implicações para a acção do Serviço Social crítico que se interroga, como dirigir a acção social a partir das teorias sociais modernas. Mas se tivermos em conta que o Serviço Social crítico constrói a sua teoria a partir da prática, ainda que seja localmente e na maioria das vezes não ser visível para a maioria das pessoas, estas devem ser também utilizadas em contextos globais, de modo a contrariar as ortodoxias. A realidade é heterogénea e complexa e exige enfoques anti-dogmáticos e pragmáticos de mudanças e neste contexto as teorias constituem-se como recursos para as práticas críticas, em vez de se tornarem a verdade acerca delas. As teorias “pós” críticas estimulam um questionamento radical e constante da actividade do Serviço Social crítico, no qual se pode apreender e reflectir os êxitos e fracassos. Só assim é possível fortalecer e diversificar as capacidades, exercitando a justiça social, sem a qual, certos indivíduos e grupos nunca a teriam.

Maria Irene Lopes B. de Carvalho

Docente na Licenciatura em Serviço Social, na ULHT (Lisboa)